- XI -**PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: UMA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DE TEMPO INTEGRAL****Luciene Maria da Silva**Professora da Educação Básica da Rede Estadual do Pará. Brasil.
lulucyenesilva@gmail.com**INTRODUÇÃO**

A Educação Integral de tempo integral constatada, nas diversas experiências levadas a efeito no Brasil, como a Escola classe/escola parque, concebida por Anísio Teixeira e inaugurada na década de 1950, em Salvador, Bahia, dos CIEPs, instituídos no do Rio de Janeiro, implantados na gestão de Leonel Brizola (1983/1986 e 1991/1994), apontam, dentre vários aspectos, a necessidade de: ampliação do tempo, dos espaços, ampliação de atividades, articulação com outras políticas públicas que contribuam para a diversidade de vivências.

Na contemporaneidade, o Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17 (BRASIL, 2007) e regulamentado pelo Decreto nº 7.083 (BRASIL, 2010), foi a mais recente experiência, promovida pelo governo federal de indução à Educação Integral de tempo integral no Brasil, que se estabeleceu como uma política educacional de caráter intersetorial, promotora da ampliação de dimensões, tempos, espaços e oportunidades educativas.

A pesquisa objetivou refletir acerca da concepção de Educação Integral presente na Portaria nº 07/2017, que instituiu o referido programa tomando como referência contribuições teóricas de autores que se debruçam ao estudo da educação integral.

Sua realização justificou-se pela necessidade de compreensão da concepção de Educação Integral de tempo integral presente no PME, visto que uma concepção de educação, na perspectiva da educação integral, no cenário da política educacional brasileira, ainda se encontra, em processo de construção, podendo apresentar concepções distintas, o que implica que os agentes responsáveis pelo processo educativo, se fundamentem numa

concepção de educação que privilegie todas as possibilidades de desenvolvimento do ser humano.

METODOLOGIA

Realizou-se investigação sobre o tema da política pública de Educação Integral por meio da imersão no objeto de estudo: o PME, estabelecendo como problema: qual a concepção de Educação Integral de tempo integral presente na Portaria nº 07/2017. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental, a qual se pautou no ordenamento jurídico que institui o Programa Mais Educação, especificamente a portaria nº 07/2007 e contribuições teóricas de autores que se debruçam ao estudo da educação integral.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste estudo delinea-se a compreensão de que a concepção de Educação presente na Portaria nº 17 (BRASIL, 2007), pressupõe uma educação conectada à vida e ao universo de interesses e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens que se dá pela associação do processo de escolarização a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas que qualifiquem o processo educacional.

A esse respeito, Moll (2012) e Coelho (2002, p.143) afirmam que a Educação Integral em tempo integral deve se estabelecer de modo a possibilitar a utilização do tempo de forma qualitativamente significativa, objetivando a formação completa do aluno.

Quanto às concepções de Educação Integral, em propostas de ampliação do tempo escolar, Coelho (2009) enfatiza que, na atualidade, esta apresenta elementos que são expressos pelas seguintes relações: (1) Educação Integral no sentido de promover proteção integral a crianças e adolescentes; (2) Educação Integral a partir da oferta de um currículo escolar integrado e; (3) Educação Integral associada ao tempo integral, ou seja, a ampliação das horas diárias em que o aluno permanece na escola.

Na mesma direção, ao realizar estudos que identificassem interpretações acerca da Educação Integral, Guará, (2009, p. 71) reconheceu, nas diversas experiências analisadas, que esta tem sido definida a partir de vários aspectos e interpretações: (1) a Educação Integral entendida como o aumento do período em que o aluno permanece na escola, ou seja, o tempo integral; (2) a Educação Integral entendida como abordagem do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, enfatizando a integralidade, que pode ser alcançada

mediante, então, o “equilíbrio entre os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais, conectando a educação ao desenvolvimento das capacidades físicas, intelectuais, sociais e afetivas de crianças e adolescentes”; (3) a Educação Integral entendida como a integração de conhecimentos interdisciplinares e transdisciplinares no currículo escolar; (4) e a última a Educação Integral entendida como o aumento de experiências de aprendizagem e tempo.

Cavaliere (2007, p. 1029) aponta outra compreensão de educação em tempo integral, que surgiu mais recentemente, refere-se a crença de que a educação pode e deve acontecer fora da escola, não sendo necessária a estruturação de uma escola de horário integral. Caracterizada como concepção multissetorial de Educação Integral.

Partindo desses entendimentos, compreendeu-se que a concepção de educação proposta para o PME, presente na portaria nº 07/2017, vem se configurando como uma concepção de Educação Integral em que o tempo ampliado associado à multissetorialidade (a articulação de Políticas sociais e o estabelecimento de parcerias) são condições que possibilitam uma diversidade de atividades socioeducativas e conhecimentos favoráveis ao desenvolvimento das múltiplas dimensões do ser humano.

CONCLUSÕES

A concepção de Educação Integral proposta pelo PME, na portaria nº 17/2017, aponta para uma perspectiva da Educação Integral com elementos que a caracterizam como: o tempo integral, ações socioeducativas, espaços, intersetorialidade e formação integral.

A portaria nº 17/2017, apresenta o tempo integral como possibilidade de contribuição à formação integral, entendendo o tempo em que a escola tem o aluno sob sua responsabilidade dentro ou fora dela durante todo o período letivo. Assim, o tempo integral é um elemento presente e fundamental à composição da concepção de Educação Integral proposta pelo PME, que pressupõe também a ampliação dos espaços e das oportunidades educativas, incluindo os campos da educação, artes, cultura, esporte, lazer com vistas à formação integral,

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa Mais Educação que visa fomentar a Educação Integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades socioeducativas no contra turno escolar. Brasília, DF, 2007.

_____. Presidência da República. Decreto nº 7.083 de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Brasília, DF, 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação Integral**: texto referência para o debate nacional. Brasília, DF, 2009. (Série Mais Educação).

CAVALIERE, A. M. V. Tempo de escola e qualidade na educação pública. Educação e Sociedade, Campinas, v.28, n.100, p.1015-1035, out. 2007. Edição especial. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: ago. 2015.

COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa. Formação continuada do professor e tempo integral: uma parceria estratégica na construção da Educação Integral. In: CAVALIERE, A. M. V.; COELHO, L. **Educação brasileira e(m) tempo integral**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. História(s) da Educação Integral. Em Aberto, Brasília, DF, v. 22, n. 80, p. 83-96, abr. 2009. Disponível em: <http://www.pmgv.rs.gov.br/documentos/Ligia_Coelho-Historia_da_educacao_integral.pdf>. Acesso em: 04 de ago. 2016.

GUARÁ, Isa Maria F. R. Educação e desenvolvimento integral: articulando saberes na escola e além da escola. **Em Aberto**, Brasília, v.22, n.80, p.65-81, abr. 2009.

LUDKE, M; ANDRÉ, M.E.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MOLL, Jaqueline et al. **Caminhos da Educação Integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.